

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS COMBINADAS

SISTEMA SICOOB ES

EXERCÍCIO 2018



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas o relatório da administração e as correspondentes demonstrações contábeis combinadas do exercício de 2018 do Sicoob Espírito Santo – Sicoob ES em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

As Cooperativas que compõem o Combinado do Sicoob Espírito Santo, conforme sua participação no capital social do Sicoob Central ES são:

Cooperativas	31/12/2018	31/12/2017
Sicoob Sul Litorâneo	5.251	4.407
Sicoob Sul	18.267	15.325
Sicoob Leste Capixaba	23.592	19.530
Sicoob Centro-Serrano	11.701	10.104
Sicoob Norte	17.581	15.496
Sicoob Sul-Serrano	20.061	16.913
Sicoob Credirochas	5.757	4.886
Credestiva	887	881
Total	103.0972	87.542

1. Política Operacional

Em 2018, o Sicoob ES completou 29 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa atrativa para investimentos, obtenção de crédito e utilização de serviços financeiros. A distribuição dos produtos e serviços aos cooperados e comunidade em geral é realizada através dos pontos de atendimento físicos e por meio digital.

Os produtos e serviços do Sicoob ES são idealizados levando em consideração as necessidades dos cooperados e o alcance da nossa visão empresarial que é “encantar nossos associados com uma experiência única”.

2. Cenário Econômico

As ações do Governo Federal apresentaram efeitos positivos em 2018, mantendo a inflação sob controle entre o piso e o centro da meta (IPCA – 3,75%), a continuidade do crescimento econômico, mesmo que tímida (PIB 1,1%), num ano marcado por investigações e denúncias de corrupção envolvendo o Governo Federal comprometendo agendas importantes de reformas em curso no Congresso Nacional como a Previdência Social, greve dos caminhoneiros com grande reflexo em diversos setores da economia e incertezas quanto a eleição Presidencial influenciando negativamente sobre as decisões de consumo, outros fatores positivos foram

a manutenção da Taxa de Juros (Selic) no menor patamar histórico (6,50% a.a.), recuperação moderada do crédito (crescimento do estoque 5,5%) após 2 anos de retração com redução no índice de inadimplência dos recursos livres (3,8%), como também melhora nos números de pessoas ocupadas (média do ano 54,1%) e do desemprego (média do ano 12,3%). Neste sentido, bons resultados também são esperados para 2019, com uma expectativa do mercado para a inflação próxima a 3,85% e um crescimento econômico de 2,48% segundo o relatório Focus do Bacen do dia 22/02/2018. A votação da Reforma da Previdência além da sua importância para o controle das contas públicas, servirá de termômetro para medir o apoio e a capacidade de articulação do Governo para aprovação das reformas necessárias ao País, e terá grande reflexo positivo caso seja aprovada, pois há recursos externos em compasso de espera deste primeiro teste do Governo para serem aportados no País, o contrário também trará impacto muito negativo, uma vez que colocará em dúvida a capacidade do Governo de colocar o País nos trilhos.

O Comitê de Política Monetária na sua primeira reunião do ano de 2019 sinalizou pela manutenção da Taxa Selic em 6,5% e absteve-se de indicar para o mercado a tendência dos próximos passos, permitindo maior flexibilidade na condução da política monetária, porém reafirmou seu compromisso de manter a trajetória da inflação em linha com a meta. O mercado, segundo o relatório Focus de 22/02/2018, projeta chegar ao final de 2019 com a taxa Selic em 6,5%, a mesma que inaugurou o ano. No âmbito externo existem muitas incertezas, sendo as principais as consequências das disputas comerciais iniciadas pelos EUA e a China e do Brexit.

No âmbito estadual, a nossa economia continua num ritmo melhor que a nacional, pois o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-ES) divulgado pelo BACEN, índice que antecede a divulgação do PIB, apresentou crescimento da atividade econômica no ano de 2018 na ordem de 2,94%, colocando o Estado em 2º lugar com maior crescimento no País e acima da previsão do PIB nacional. As contas do setor público sob controle contribuíram principalmente para o comércio varejista que cresceu 7,78% em relação a 2017, neste mesmo sentido, o setor agropecuário após a grave crise hídrica dos anos anteriores, mostra sinais de recuperação, na agricultura em geral os dados do IBGE de 2018 mostram uma elevação na produção de 15,4% e no rendimento médio de 18,9%, os destaques ficam por conta do recorde de produção do café conilon com 9,8 milhões de saca (56%), no total o Estado produziu de conilon e arábica 13,6 milhões de saca (46%), entretanto, o produtor amargou uma queda importante no preço, a produção de pimenta-do-reino aumentou em 22.707 toneladas (63%), a fruticultura teve aumento da produção de 148.797 toneladas (15,5%) e a cana-de-açúcar de 299.595 toneladas (13,8%) em função da melhoria dos índices pluviométricos em todas as regiões do estado, como também, pela implantação de um importante sistema de retenção de água através da construção de barragens. A indústria, por sua vez, apresentou recuo na produção de -0,9%, o mesmo ocorreu com o setor de serviço com redução no volume de -1,1% enquanto a receita nominal aumentou em 1,9%, ambas abaixo da média nacional. Para o ano de 2019 a expectativa é que a economia capixaba continue na vanguarda da nacional, principalmente, por importantes projetos de infraestrutura que iniciam suas obras, a exemplo do Porto Central em Presidente Kennedy com previsão de empregar até 4,7 mil pessoas no auge do trabalho e projetos de duplicação, interligação e melhoria das rodovias.

3. Expansão nos negócios

Em 2018 no estado do Espírito Santo foram abertos 2 (dois) pontos de atendimento, um no município de Divino de São Lourenço e outro em Castelo, o segundo ponto de atendimento neste município. Ampliamos também nossa atuação no estado do Rio de Janeiro com a inauguração de 3 (três) Pontos de Atendimento, nas cidades de Itaocara, Cabo Frio e Santo Antônio de Pádua. Ao todo foram inaugurados 5 (cinco) Pontos de Atendimento, cumprindo o planejamento estratégico da instituição de levar soluções financeiras adequadas e sustentáveis por meio do

cooperativismo às comunidades.

A proposta para 2019 é inaugurarmos 18 (dezoito) novos Pontos de Atendimento, sendo 08 (oito) no estado do Espírito Santo nos municípios de Vitória, Vila Velha, Serra, Linhares e Mantenedópolis e 10 (dez) no estado do Rio de Janeiro que serão localizados nos municípios de Araruama, Campos do Goytacazes, Macaé, Maricá, São Pedro da Aldeia, Saquarema, Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis.

Em relação a lançamentos de produtos, em 2018 o destaque ficou por conta do lançamento das linhas de crédito "Ecoar", destinada ao financiamento de geração de energia limpa e outros investimentos de preservação ambiental e também do crédito estudantil "Faça Acontecer" em parceria com 5 (cinco) instituições de ensino superior que contam com aproximadamente 50 mil alunos. Para 2019, a expectativa está no lançamento da carteira de câmbio, um grande anseio dos associados exportadores do setor de mármore e granito do Espírito Santo. Com essas modalidades e outras direcionadas ao crédito digital atenderemos aos anseios de muitos associados com uma proposta de atendimento diferenciada na entrega dos financiamentos.

4. Nosso Desempenho

4.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	677.564	651.595	3,99
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	222.158	259.412	-14,36
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	63.041	45.159	39,6
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	149.586	121.390	23,23
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	325.488	294.485	10,53
Despesas tributárias	8.448	6.899	22,45
Resultado de Participações e outras receitas operacionais e resultado não operacional	50.108	47.257	6,03
Juros ao Capital	54.093	74.044	- 26,94
Sobra Bruta do Exercício	306.030	250.568	22,13

Contribuíram para compor as Sobras do exercício de 2018:

As receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias aumentaram 23,23%, o resultado da intermediação financeira aumentou 3,99%.

As despesas com Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais, cresceram 10,53% em relação ao mesmo período de 2017.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente às despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais, foi de 45,96%, melhora de 4,74 pontos percentuais em relação ao exercício de 2017.

Foi pago para os associados em 2018 o valor de R\$ 54.093 mil referente a juros ao capital.

4.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Ativos Totais	6.974.016	5.954.687	17,12
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.007.360	1.547.857	29,69
Títulos e Valores mobiliários	927.416	843.210	9,99
Carteira de Crédito	4.124.195	3.676.615	12,17
Depósitos	4.080.891	3.455.839	18,09
Patrimônio Líquido	1.676.094	1.422.112	17,86

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2018:

- O total de ativos atingiu R\$ 6.974.016 mil ao final de dezembro de 2018, com crescimento de 17,12% em relação ao mesmo período do ano anterior.
- Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 4.124.195 mil, com crescimento de 12,17% em relação a 31 de dezembro de 2017.
- Os depósitos obtiveram um aumento de 18,09% considerando o mesmo período de 2017, atingindo no final do exercício de 2018 o montante de R\$ 4.080.891 mil.
- O patrimônio líquido cresceu 17,86% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 1.676.094 mil.

4.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Em Milhares R\$

Carteira de Crédito	31/12/2018			31/12/2017			Variação	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	761.271	97.117	858.388	763.943	77.921	841.864	16.524	1,96%
Empréstimos	725.308	2.165.528	2.890.836	656.083	1.776.345	2.432.428	458.408	18,85%
Títulos desc.	39.075	224.490	263.565	45.072	249.446	294.518	-30.953	-10,51%
Conta Corrente	41.372	70.034	111.406	40.917	66.888	107.805	3.601	3,34%
Total	1.567.026	2.557.169	4.124.195	1.506.015	2.170.600	3.676.615	447.580	12,17%

4.2.2) Volume de crédito liberado em 2018 e 2017

Descrição	2018	2017
Total de Crédito Liberado	4.333.371	4.011.952
Credito rural	625.667	587.783
Empréstimo e Financiamentos	1.751.646	1.442.127
Títulos Descontados	1.909.616	1.982.072
No. de operações (Empréstimos e Crédito Rural)	46.442	46.208
Valor Médio das Operações (Empréstimos e Crédito Rural)	51	44

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as

consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99. No exercício de 2018, houve uma concentração de 80,36% nos níveis de risco “AA” a “C”.

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 3 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Pessoas

Concluímos o exercício com 283 mil cooperados, crescimento de 18,41% em relação ao exercício anterior. As pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob ES produtos e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do *spread* de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Contávamos com 1.551 colaboradores no final do exercício de 2018. Profissionais dedicados e principais responsáveis pelo índice de satisfação dos associados de 84,50% e 97,40% recomendaria o Sicoob para um amigo ou parente.

A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 136.485 mil no exercício corrente.

9. Código de Ética

Todos os integrantes das equipes do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Tecnologia

Acompanhando as tendências do mercado financeiro, o Sicoob Confederação investiu cerca de R\$ 236 milhões no custeio e investimentos da Tecnologia da Informação em 2018. As transações financeiras realizadas nos canais digitais representaram 73% de todos os atendimentos do Sicoob ES, contribuindo para maior comodidade, agilidade para o cooperado e menores custos operacionais para as Cooperativas.

11. Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob.

No exercício de 2018, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 536 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, 274 foram classificadas procedentes e com exceção de 4 ocorrências, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As demais foram classificadas como improcedentes com exceção de 1 ocorrência, todas as demais foram respondidas dentro do prazo legal.

12. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Vitoria – ES, 31 de dezembro de 2018.

Conselhos de Administração do Sicoob ES.

BALANÇO PATRIMONIAL

em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$

ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		4.855.546	4.171.805
Disponibilidades		44.314	28.289
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	1.961.890	1.504.781
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		1.961.890	1.504.781
Títulos e Valores Mobiliários	6	540.647	536.319
Cotas de Fundo de Curto Prazo		607	3.441
Carteira Própria		540.040	479.179
Vinculados à Prestação de Garantias		-	53.699
Relações Interfinanceiras	5	6	9
Centralização Financeira - Conta Vinculada		6	9
Operações de Crédito	7	2.197.896	2.034.837
Empréstimos e Títulos Descontados		1.798.262	1.648.719
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		610.395	584.781
(-) Provisão para Operações de Crédito		(210.761)	(198.663)
Outros Créditos	8	26.622	18.450
Créditos por Avais e Fianças Honrados		9.789	10.287
Rendas a Receber		8.274	4.644
Diversos		16.023	10.657
(-) Provisão Créditos por Avais e Fianças Honrados		(7.329)	(7.006)
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa		(135)	(132)
Outros Valores e Bens	9	84.171	49.120
Outros Valores e Bens		89.209	51.294
(-) Provisão para Outros Valores		(10.720)	(3.185)
Despesas Antecipadas		5.682	1.011
Não Circulante		2.118.470	1.782.882
Realizável a Longo Prazo		1.925.503	1.612.119
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	45.470	43.076
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		45.470	43.076
Títulos e Valores Mobiliários	6	386.769	306.891
Carteira Própria		205.461	74.679
Vinculados à Prestação de Garantias		181.308	232.212
Operações de Crédito	7	1.473.603	1.244.283
Empréstimos e Títulos Descontados		1.467.545	1.186.033
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		247.993	257.082
(-) Provisão para Operações de Crédito		(241.935)	(198.832)
Outros Créditos	8.1	19.661	17.869
Diversos	16.5	19.661	17.869
Permanente		192.967	170.763
Investimentos	10	123.005	110.293
Part. em Instit. Fin. Controlada por Coop Crédito		109.205	96.929
Part. em Coop exeto Coop. Central de Crédito		13.221	12.855
Part. em empresa contr. Coop. Central de Crédito		579	509
Imobilizado de Uso	11	69.151	59.496
Imóveis de Uso		30.484	29.364
Outras Imobilizações de Uso		96.023	80.112
(-) Depreciações Acumuladas		(57.356)	(49.980)
Intangível	12	811	974
Ativos Intangíveis		5.864	5.387
(-) Amortização Acumulada		(5.053)	(4.413)
TOTAL		6.974.016	5.954.687

PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		4.844.828	4.156.895
Depósitos	13	4.080.361	3.455.560
Depósito à Vista		1.070.077	775.825
Depósito Sob Aviso		53.350	54.043
Depósito a Prazo		2.956.934	2.625.692
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	11.1	45.685	-
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		45.685	-
Relações Interfinanceiras		335.218	388.660
Repasse Interfinanceiros	14.1.1	335.165	388.601
Correspondentes	14.1.2	53	59
Relações Interdependências		43.913	48.443
Recursos em Trânsito de Terceiros	15	43.913	48.443
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	14.2	194.062	143.582
Outras Instituições		2.160	2.141
Obrigações por repasses Funcafé		191.902	141.441
Outras Obrigações		145.589	120.650
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	16.1	1.566	1.613
Sociais e Estatutárias	16.2	65.593	62.827
Fiscais e Previdenciárias	16.3	7.951	8.983
Diversas	16.4	70.479	47.227
Não Circulante		453.094	375.680
Exigível a Longo Prazo			
Depósitos	13	530	279
Depósito a Prazo		530	279
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias	13.1	138.496	56.472
Obrig. por Emissão Letras Crédito Agronegócio		138.496	56.472
Relações Interfinanceiras		242.868	229.777
Repasse Interfinanceiros	14.1.1	242.868	229.777
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	14.2	50.655	69.429
Outras Instituições		2.962	5.020
Obrigações por repasses Funcafé		47.693	64.409
Outras Obrigações	16.4.e	20.545	19.723
Diversas	16.5	20.545	19.723
Patrimônio Líquido	18	1.676.094	1.422.112
Capital Social		898.544	812.379
De Domiciliados No País		905.195	818.322
(-) Capital a Realizar		(6.651)	(5.943)
Reserva de Sobras		673.153	530.533
Sobras Acumuladas		104.397	79.200
TOTAL		6.974.016	5.954.687

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS

em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ingressos da Intermediação Financeira	20	929.699	960.924
Operações de Crédito		760.774	761.394
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		115.856	133.397
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros		53.069	66.133
Dispêndios da Intermediação Financeira	21	(474.293)	(568.741)
Operações de Captação no Mercado		(191.417)	(251.084)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	14.3	(60.718)	(58.245)
Provisão para Operações de Créditos		(222.158)	(259.412)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		455.406	392.183
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Desp.) Operacionais		(124.862)	(132.149)
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		85.664	70.886
Rendas (Ingressos) de Tarifas		63.922	50.504
Dispêndios/Despesas de Pessoal	22	(136.485)	(129.034)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22.1	(155.117)	(134.862)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(8.448)	(6.899)
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	20.1	59.488	47.845
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	21.1	(33.886)	(30.589)
Resultado Operacional		330.544	260.034
Resultado Não Operacional	23	(9.380)	(588)
Resultado Antes da Tributação e Participações		321.164	259.446
Participações nos Resultados de Empregados		(15.134)	(8.878)
Sobras / Perdas antes das Destinações		306.030	250.568
Destinações legais e Estatutárias		(147.540)	(97.324)
F.A.T.E.S.		(16.199)	(11.352)
Reserva Legal		(129.006)	(85.972)
Fundo Investimento Social (FIS)		(2.335)	-
Resultado antes do Juros ao Capital		158.490	153.244
Juros ao Capital	19	(54.093)	(74.044)
Sobras / Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias		104.397	79.200

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$

Eventos	Nota	Capital		Reserva de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias		
Saldo em 31/12/16		739.031	(3.838)	436.312	1.497	55.862	1.228.864
Saldos de Cooperativa incorporada ao Sicoob ES		781		274			1.055
Destinação de Sobras Exercício Anterior:							-
Constituição de Reservas				7.971		(7.971)	-
Em Conta Corrente do Associado						(410)	(410)
Ao Capital		47.211				(47.211)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados						(270)	(270)
Movimentações de Capital:							-
Por Subscrição/Realização		34.219	(2.105)				32.114
Por Devolução (-)		(57.030)					(57.030)
Estorno de Capital		(2.533)					(2.533)
Reversões de Reservas							-
Utilização do Fundo de Reserva				(1.493)			(1.493)
Sobras ou Perdas Bruta						250.568	250.568
Provisão de Juros ao Capital						(74.044)	(74.044)
Subscrição do Juros ao Capital	19	74.044					74.044
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente		(13.969)					(13.969)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	19	(1.583)					(1.583)
IRRF sobre Juros ao Capital	19	(1.849)					(1.849)
Fates Atos Não Cooperativos						(2.522)	(2.522)
Destinação das Sobras do Exercício:							-
Fundo de Reserva	18.b			85.972		(85.972)	-
F A T E S	16.2.b					(8.830)	(8.830)
Saldos em 31/12/17		818.322	(5.943)	529.036	1.497	79.200	1.422.112
Saldo em 31/12/17		818.322	(5.943)	529.036	1.497	79.200	1.422.112
Ajuste de Exercício Anterior							-
Destinação de Sobras Exercício Anterior:							-

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$

Eventos	Nota	Capital		Reserva de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias		
Constituição de Reservas				11.279		(11.279)	-
Em Conta Corrente do Associado						(392)	(392)
Ao Capital		66.974				(66.974)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados						(555)	(555)
Movimentações de Capital:							-
Por Subscrição/Realização		38.344	(708)				37.636
Por Devolução (-)		(58.221)					(58.221)
Estorno de Capital		(2.750)					(2.750)
Reversões de Reservas							-
Utilização do Fundo de Reserva							-
Sobras ou Perdas Líquidas						306.030	306.030
Provisão de Juros ao Capital						(54.093)	(54.093)
Subscrição do Juros ao Capital	19	54.093					54.093
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	19	(10.322)					(10.322)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	19	(343)					(343)
IRRF sobre Juros ao Capital	19	(902)					(902)
Fates Atos Não Cooperativos						(4.216)	(4.216)
Destinação das Sobras do Exercício:							-
. Fundo de Reserva	18.b			129.006		(129.006)	-
. Fundo de Investimento Social					2.335	(2.335)	-
. F A T E S	16.2.b					(11.983)	(11.983)
Saldos em 31/12/8		905.195	(6.651)	669.321	3.832	104.397	1.676.094

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$

DESCRIÇÃO		31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais	Nota		
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações		321.164	259.446
Participações nos Resultados de Empregados		(15.134)	(8.878)
Depreciações e Amortizações	22.1.(a)	10.307	9.387
Provisão de Juros ao Capital	19	(54.093)	(74.044)
Provisão para perda com operações de crédito		222.158	259.412
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado		362	106
Resultado de participação de coligadas e controladas e distribuição de sobras		(6.138)	(5.729)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado		(37)	(67)
		478.589	439.633
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(358.935)	(372.354)
Títulos e Valores Mobiliários		(84.206)	(236.351)
Relações Interfinanceiras		3	(9)
Operações de Crédito		(614.537)	(388.224)
Outros Créditos		(9.964)	122
Outros Valores e Bens		(35.051)	(26.466)
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista		294.252	179.243
Depósitos sob Aviso		(693)	1.492
Depósitos a Prazo		331.493	295.943
Outras Obrigações		25.761	12.674
Relações Interfinanceiras		(40.351)	26.795
Recur. De Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias		127.709	56.472
Obrigações por Empréstimos e Repasses		31.706	84.359
Relações Interdependências		(4.530)	(3.925)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		141.246	69.404

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$

DESCRIÇÃO		31/12/2018	31/12/2017
Atividades de Investimentos			
Saldo Incorporação		-	(88)
Recebimento de Dividendos		6.138	5.729
Alienação de Imobilizações de Uso		-	66
Aplicação no Intangível		(469)	(165)
Inversões em Imobilizado de Uso		(19.653)	(11.807)
Inversões em Investimentos		(12.715)	(16.382)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		(26.699)	(22.647)
Atividades de Financiamentos			
Saldos de Cooperativa incorporada ao Sicoob ES		-	1.055
Aumento por novos aportes de Capital		37.636	32.114
Devolução de Capital à Cooperados		(58.221)	(57.030)
Estorno de Capital		(2.750)	(2.533)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar		(555)	(270)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados		(392)	(410)
FATES Sobras Exercício		(16.199)	(11.352)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	19	(343)	(1.583)
Subscrição do Juros ao Capital	19	54.093	74.044
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	19	(10.322)	(13.969)
IRRF sobre Juros ao Capital	19	(902)	(1.849)
Utilização do Fundo de Reserva		-	(1.493)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		2.045	16.724
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		116.592	63.481
Modificações em Caixa e Equivalentes de Caixa Líquida			
No Início do Período	4	180.939	117.458
No Fim do Período	4	297.531	180.939
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		116.592	63.481

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS

em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob ES é composta por oito Cooperativas Singulares de primeiro grau. Em 31 de dezembro de 2018 possuíam 125 Pontos de Atendimento Cooperativo, sendo que 107 no Espírito Santo e 18 no Rio de Janeiro, 456 terminais de autoatendimento e 68 Correspondentes atendendo a 283.539 mil associados. Além disso, o Sicoob ES possui operações com poupadores e outros relacionamentos totalizando 102.572 mil pessoas e empresas.

A Cooperativa Central e suas filiadas são acionistas do Banco Cooperativo do Brasil S.A (“Bancoob”, “Instituição” ou “Banco”) que é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução CMN nº 2.193, de 31 de agosto de 1995. O Bancoob possui classificação no FitchRating de curto prazo de F1+(bra), este indica a mais forte capacidade de pagamento, no prazo esperado, de compromissos financeiros em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este rating é atribuído ao menor risco de inadimplência em relação a outros do mesmo país. Quando o perfil de liquidez é particularmente forte, acrescenta-se o modificador ‘+’ ao rating atribuído. Analisando o FitchRating de longo prazo é AA-(bra), este Rating denota uma expectativa de risco de inadimplência muito baixa em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. O risco de crédito embutido nessas operações difere apenas levemente do risco de emissores e obrigações com o mais alto rating do mesmo país. Já sua classificação no RiskBak é BRLP2 (baixo risco para longo prazo, até 5 anos), que é um sistema de classificação de Risco Bancário que classifica e acompanha sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos.

O Bancoob ainda é o controlador da Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (“Bancoob DTVM”), Ponta Administradora de Consórcios (“Consórcio Ponta”) e a Cabal Brasil Ltda. (“Cabal”), processadora de cartões de crédito.

O Sicoob Central ES junto com outras Cooperativas Centrais existentes no Brasil constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação, entidade de terceiro grau cuja finalidade é a prestação de serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

A Fundação Sicoob Previ (“Sicoob Previ”) é uma entidade de previdência complementar e também faz parte do Sistema Sicoob.

Com atuação expressiva nos estados brasileiros, o Sicoob é uma instituição financeira cooperativa que possui um importante papel quanto ao aspecto social, crescimento e desenvolvimento das comunidades em que atua. O Sicoob oferece todos os produtos e serviços bancá-

rios, compartilha os resultados com os associados e aplica os recursos captados nas próprias comunidades, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Combinadas

As demonstrações contábeis combinadas (“demonstrações contábeis”) do Sicoob ES são de responsabilidade da Administração do Sicoob Central ES e foram elaboradas a partir de sua demonstração contábil e as Demonstrações Contábeis individuais das cooperativas singulares filiadas. Estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer por meio de uma única demonstração contábil, a posição consolidada de todas as atividades desenvolvidas pelo Sicoob ES, por meio das entidades que compõem o Sistema.

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular Bacen nº 3.669/2013 estabelecem procedimentos e requisitos quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis combinadas dos sistemas cooperativos no Brasil.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

A Diretoria colegiada do Sicoob Central ES aprovou essas demonstrações contábeis combinadas em 18 de janeiro de 2019.

(a) Critérios Utilizados na Combinação dos Saldos

Os saldos patrimoniais e de resultados das instituições integrantes do Sicoob ES foram incluídos na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, assim como foram excluídos os saldos de operações realizados entre as instituições.

(b) Entidades Integrantes do Sicoob Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas

Segundo o disposto na Resolução CMN 4.151/2012, artigo 4º, integram um sistema cooperativo, as cooperativas singulares, as cooperativas centrais, a confederação, o banco cooperativo, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições foram consideradas na elaboração das demonstrações contábeis combinadas do Sicoob ES, de acordo com a Resolução CMN 4.151/2012:

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES: Instituição financeira independente, promotora da integração regional e estadual das cooperativas do Sistema. Foi criada pelas cooperativas singulares com o objetivo de incrementar a qualidade dos serviços prestados aos associados e como forma de ampliar ainda mais a capacidade de atendimento.

Cooperativas de Crédito Singulares filiadas ao Sicoob Central ES: Instituições financeiras não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central, resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos. O Sistema é composto por cooperativas de crédito Clássicas.

(c) Composição Analítica da Participação das Singulares do Sicoob Central ES (CNPJ: 32.428.294/0001-43) Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas:

Cooperativa	CNPJ	31/12/2018	31/12/2017
Sicoob Sul-Litorâneo	32.474.884/0001-02	5.252	4.407
Sicoob Sul	32.467.086/0001-53	18.267	15.325
Sicoob Leste Capixaba	32.430.233/0001-10	23.592	19.530
Sicoob Centro-Serrano	31.804.966/0001-05	11.701	10.104
Sicoob Norte	31.815.293/0001-99	17.581	15.496
Sicoob Sul-Serrano	00.815.319/0001-75	20.061	16.913
Sicoob Credirochas	03.358.914/0001-17	5.757	4.886
Credestiva	03.844.699/0001/64	887	881
Total		103.098	87.542

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente de modo a refletir a melhor informação disponível.

(b) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são regis-

tradas a valor presente, calculadas por critério "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **Sicoob Confederação** e ações do **Bancoob**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

(n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(o) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(p) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 9.580/2018, art. 194. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 193 do mesmo Decreto.

(q) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(r) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por “*impairment*”, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2018** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(s) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

tiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2018**

4. Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	44.314	28.289
Disponibilidades em Moeda Nacional	44.314	28.289
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez ⁽¹⁾	253.217	152.650
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	253.217	152.650
Total	297.531	180.939

(1). Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Bancoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		1.961.890	1.504.781
Aplicações em depósitos interfinanceiros		1.951.720	1.504.781
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	3.030	2.847
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	100% CDI	10.170	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	98% CDI	2.405	3.699
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	100% CDI	1	844
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	1.946.284	1.497.391
Não circulante		45.470	43.076
Aplicações em depósitos interfinanceiros		45.470	43.076
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	4.076	6.676
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	100% CDI	78	313
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	41.316	36.087
Total Geral		2.007.360	1.547.857

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 115.856 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 133.397).

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao

Bancoob como contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Depósitos Interfinanceiros

Vencimento	31/12/2018	31/12/2017
Até 1 mês	90.976	76.540
De 1 a 3 meses	162.241	76.110
De 3 a 6 meses	291.545	333.360
De 6 a 12 meses	1.417.128	1.018.771
Total circulante	1.961.890	1.504.781
De 1 a 2 anos	44.306	29.564
De 2 a 3 anos	938	12.419
Acima de 3 anos	226	1.093
Total não circulante	45.470	43.076
Total Geral	2.007.360	1.547.857

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		540.040	532.878
Títulos para negociação – carteira própria		463.025	355.490
Fundo de centralização	Pós Fixado	175.433	125.775
Fundo Institucional	Pós Fixado	287.465	229.595
Fundo Bradesco DI Executivo	Pós Fixado	127	120
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		77.015	123.689
LFT - Administrado	SELIC	-	105.821
LF – Outros Bancos(b)	CDI	77.015	17.868
Títulos mant. até o venc. – vinc à prest. de garantias		-	53.699
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	-	53.699
Não circulante		386.769	306.891
Títulos para negociação – carteira própria			
Cotas de Fundo Imobiliário		14.678	-
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		190.783	
LFT – Administrado	SELIC	190.783	17.606
LF – Outros Bancos (b)	CDI	-	57.073
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias			

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2018	31/12/2017
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	181.308	232.212
Total Geral		926.809	839.769

Além das operações informadas acima, o Sicoob ES tem uma aplicação de curto prazo efetuado no Banco do Brasil no montante de R\$ 607 mil em 31/12/2018 (31/12/2017 - R\$ 3.441 mil).

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 53.069 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 66.133).

(a) Refere-se a garantia prestada ao Ministério da Agricultura nas operações de repasse relacionadas na Nota 14. Com o objetivo de obter novos recursos o saldo de garantia excedente não foi liquidado no encerramento do exercício.

(b) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

(ii) Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	31/12/2018			31/12/2017		
	Carteira própria	Vinculado à prest de garantias	Total	Carteira própria	Vinculado à prest de garantias	Total
Sem vencimento	463.025	-	463.025	355.490	-	463.025
Até 1 mês	-	-	-	-	-	-
De 1 a 3 meses	13.618	-	13.618	28.491	19.357	47.848
De 3 a 6 meses	28.831	-	28.831	6.097	-	6.097
De 6 a 12 meses	34.566	-	34.566	89.101	34.342	123.443
Total circulante	540.040	-	540.040	479.179	53.699	532.878
Sem vencimento	14.678	-	14.678	-	-	-
De 1 a 2 anos	34.076	62.908	96.984	57.240	-	-
De 2 a 3 anos	26.440	90.116	116.556	1.661	89.734	91.395
Acima de 3 anos	130.267	28.284	158.551	15.777	142.478	158.256
Total não circ.	205.461	181.308	386.769	74.678	232.212	306.891
Total Geral	745.501	181.308	926.809	553.857	285.911	839.769

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	7.412	-	7.412	8.630
Empréstimos	1.399.930	1.292.346	2.692.276	2.311.215

Títulos Descontados	263.557	8	263.565	294.518
Financiamentos	127.363	175.191	302.554	220.389
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	610.395	247.993	858.388	841.863
Total das Operações Crédito	2.408.657	1.715.538	4.124.195	3.676.615
(-) Provisões para Operações de Crédito	-210.761	-241.935	-452.696	-397.495
TOTAL	2.197.896	1.473.603	3.671.499	3.279.120

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emp./ Títulos	A.D / Cheque Esp/Conta Garant.	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12 2018	Prov 31/12 2018	Total em 31/12 2017	Prov 31/12 2017
AA	-	Normal	91.266	11	2.437	3.648	97.362	-	38.089	-
A	0,5%	Normal	646.828	5.049	95.247	167.924	915.048	-4.579	714.822	-3.573
B	1%	Normal	841.846	33.390	99.091	428.145	1.402.472	-14.026	1.389.618	-13.895
B	1%	Vencidas	8.307	355	1.282	3.902	13.846	-138	17.348	-175
C	3%	Normal	588.126	37.010	74.078	144.439	843.653	-25.310	796.699	-23.902
C	3%	Vencidas	33.653	1.879	2.544	3.964	42.040	-1.260	56.612	-1.698
D	10%	Normal	170.849	12.985	13.020	39.980	236.834	-23.682	151.900	-15.190
D	10%	Vencidas	29.995	1.691	1.460	5.282	38.428	-3.843	50.001	-5.000
E	30%	Normal	53.673	3.988	4.486	15.870	78.017	-23.406	43.864	-13.158
E	30%	Vencidas	33.703	1.464	2.061	4.063	41.291	-12.387	30.345	-9.104
F	50%	Normal	42.512	1.520	830	7.054	51.916	-25.960	63.601	-31.801
F	50%	Vencidas	32.184	1.178	1.179	3.712	38.253	-19.128	31.785	-15.893
G	70%	Normal	62.012	804	755	5.582	69.153	-48.405	59.493	-41.646
G	70%	Vencidas	12.257	1.121	646	3.667	17.691	-12.384	33.257	-23.279
H	100%	Normal	93.284	2.217	887	13.528	109.916	-109.914	101.527	-101.527
H	100%	Vencidas	111.350	6.746	2.551	7.628	128.275	-128.274	97.654	-97.654
Total Normal			2.590.396	96.974	290.831	826.170	3.804.371	-275.282	3.359.613	-244.692
Total Vencidos			261.449	14.434	11.723	32.218	319.824	-177.414	317.002	-152.803
Total Geral			2.851.845	111.408	302.554	858.388	4.124.195	-452.696	3.676.615	-397.495
Provisões			-370.661	-16.292	-12.610	-53.133	-452.696	-	-397.495	-
Total Líquido			2.481.184	95.116	289.944	805.255	3.671.499	-	3.279.120	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	7.412	-	-	7.412
Cheque Especial/Conta garantida	103.996	-	-	103.996
Empréstimos	393.801	902.133	1.292.346	2.588.280
Títulos Descontados	242.789	20.768	8	263.565
Financiamentos	36.998	90.365	175.191	302.554
Financiamentos Rurais	119.463	490.932	247.993	858.388
TOTAL	904.459	1.504.198	1.715.538	4.124.195

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empr. / Financ.	Título Desc.	Crédito Rural	31/12 2018	% da Cart.
Setor Privado - Comércio	22.215	744.551	86.208	33.266	886.240	21%
Setor Privado - Indústria	5.267	127.294	32.364	17.422	182.347	4%
Setor Privado - Serviços	41.560	1.214.607	104.434	15.909	1.376.510	33%
Pessoa Física	41.372	725.308	39.075	761.271	1.567.026	38%
Outros	992	79.076	1.484	30.520	112.072	3%
TOTAL	111.406	2.890.836	263.565	858.388	4.124.195	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	397.566	324.137
Constituições	217.915	257.322
Transferência para prejuízo	-162.785	-183.964
TOTAL	452.696	397.495

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Cart.Total	31/12/2017	% Cart. Total
Maior Devedor	24.456	0,59%	22.548	0,61%
10 Maiores Devedores	173.199	4,20%	150.685	4,10%
50 Maiores Devedores	557.374	13,51%	499.410	13,58%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	401.823	265.948
Valor das operações transferidas no período	162.785	183.964
Valor das operações recuperadas no período	-63.014	-45.159
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	-5.006	-2.930
TOTAL	496.588	401.823

8. Outros créditos - circulante

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Créditos por Avais e Fianças Honradas	2.460	3.281
Créditos por Avais e Fianças Honradas	9.789	10.287
Provisão Créditos por Avais e Fianças Honrados	-7.329	-7.006

Rendas A Receber	8.274	4.644
Dividendos e Bonificações em dinheiro a receber	134	-
Serviços Prestados a Receber	3.893	3.085
Outras Rendas a Receber (a)	4.247	1.559
Diversos	15.888	10.525
Adiantamentos e Antecipações Salariais	917	793
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	38	44
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	300	427
Devedores por Compra de Valores e Bens (b)	1.145	1.212
Impostos e Contribuições a Compensar (c)	4.576	3.788
Pagamentos a Ressarcir	4.646	725
Títulos e Créditos a Receber	3.259	2.309
Devedores Diversos – País	1.142	1.359
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa (d)	-135	-132
TOTAL	26.622	18.450

- (a) Refere-se a rendas de convenio INSS, rendas a receber do Bancoob e rendas Seguros;
(b) Refere-se a devedores que adquiriram bens da Cooperativa com pagamentos parcelados;
(c) Refere-se a impostos federais a serem compensados;
(d) Refere-se a provisões de riscos constituídas a partir dos devedores por compra de bens.

8.1 Outros créditos - não circulante

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
PIS sobre Atos Cooperativos	2.795	2.733
COFINS sobre Atos Cooperativos	13.878	13.574
Outros - Para interposição de recursos Fiscais - Lei 9703/98	85	85
Provisão para Processos trabalhistas	2.079	777
Outros	824	700
TOTAL	19.661	17.869

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	88.815	50.172
Material em Estoque	394	1.122
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-10.720	-3.185
Despesas Antecipadas (c)	5.682	1.011
TOTAL	84.171	49.120

- a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;
b) Refere-se a provisão de desvalorização de bens recebidos em dação de pagamento;
c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros.

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participação no Banco Cooperativo do Brasil	109.205	96.929
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito	109.205	96.929
Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda – Sicoob Confederação	13.221	12.855
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito	13.221	12.855
CNAC-Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa	284	214
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros S.A. (a)	15	15
Annellus Assessoria Ltda.	280	280
Participações em empresa controlada Coop. Central de Crédito	579	509
TOTAL	123.005	110.293

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Deprec.
Imobilizado em Curso	7.135	2.777	(*)
Terrenos	6.226	6.227	
Edificações	24.258	23.137	4%
Instalações	41.499	34.536	10%
Móveis e equipamentos de Uso	20.121	17.771	10%
Sistema de Comunicação	1.598	1.464	10%
Sistema de Processamento de Dados	18.685	17.056	20%
Sistema de Segurança	5.610	5.141	10%
Sistema de Transporte	1.375	1.366	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(57.356)	(49.979)	
TOTAL	69.151	59.496	

(*) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passarão a ser depreciadas.

12. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Outros Ativos Intangíveis	5.864	5.387
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(5.053)	(4.413)
TOTAL	811	974

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de *pro rata temporis*, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	1.070.077	775.825
Depósito Sob Aviso	53.350	54.043
Depósito a Prazo	2.957.464	2.625.971
TOTAL	4.080.891	3.455.839

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. Todas as Cooperativas do Sicoob ES são associadas ao FGCoop.

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maior Depositante	56.500	1,38%	47.812	1,38
10 Maiores Depositantes	228.233	5,59%	208.272	6,03
50 Maiores Depositantes	540.913	13,25%	474.944	13,74

13.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2018		31/12/2017
	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	
Obrig. por Emis. Letras Credito Agronegócio	45.685	138.496	56.472
TOTAL	45.685	138.496	56.472

14. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas

(art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

14.1 Relações Interfinanceiras

14.1.1 Repasses Interfinanceiros

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante - Até 1 ano	Não Circulante - Acima de 1 ano	
BANCOOB	Diversas	Diversos	335.165	242.868	618.378
Total			335.165	242.868	618.378

Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 42.301 em 2018 (2017 – R\$ 44.324).

14.1.2 Correspondentes

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Correspondentes	53	59
TOTAL	53	59

Essa transação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 940 em 2018 (2017 – R\$ 885).

14.2 Obrigações por empréstimos e repasses

Instituições	Modalidade	Taxa	Curto prazo	Longo prazo	31/12/2018	31/12/2017
MAPA	Funcafé	Diversos	191.902	47.693	239.595	205.850
BRADESCO	Repasse	Diversos	2.160	2.962	5.122	7.161
Total					244.717	213.011

Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 18.417 em 31/12/2018 (31/12/2017 – R\$ 13.919).

14.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
BANCOOB	42.301	44.324
MAPA	18.299	13.748
BRADESCO	118	171
TOTAL	60.718	58.245

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recursos em Trânsito de Terceiros (a)	43.622	48.081
Recebimento de convênios a repassar	291	362
TOTAL	43.913	48.443

Trata-se de cheques emitidos contraordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no

grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil

16. Outras Obrigações

16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
IOF a Recolher	1561	1.511
Recursos do Proagro	-	1
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	5	101
TOTAL	1.566	1.613

16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão Para Participações Nos Lucros (a)	8.348	5.126
Resultado De Atos Com Associados (b)	33.165	34.846
Resultado De Atos Com Não Associados (b)	4.217	3.627
Gratificações E Participações A Pagar (c)	1.436	867
Cotas De Capital A Pagar (d)	18.427	18.361
TOTAL	65.593	62.827

(a) Consubstanciada pela Lei 10.101/00, e acordo coletivo, a cooperativa provisionou o montante de R\$ (8.348 mil), a título de participação dos empregados nos resultados, com o pagamento efetivado em 31/01/19.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, com exceção do Sicoob Credestiva que é 10% conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – Fates é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se a bônus da Diretoria Executiva vinculado a metas de desempenho.

(d) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	980	796
Imposto e contribuições s/ salários	4498	4.134
IRRF sobre Aplicações Financeiras	1137	1.827
IRRF sobre Juros ao Capital	902	1.854
Outros	434	372
TOTAL	7.951	8.983

16.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	3.002	139
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	15.919	14.549
Provisão para Pagamentos a Efetuar	18.578	16.356
Despesa de Pessoal	10.395	9.311
Água/Energia/Gas	32	27
Assessoria Técnica	8	-
Aluguéis	792	445
Comunicações	257	247
Promoções e Relações Públicas	82	20
Propaganda e Publicidade	808	493
Segurança e Vigilância	22	123
Manutenção e Conservação de Bens	124	94
Transporte	488	502
Seguro	670	-
Plano de Saúde	58	664
Compensado	742	901
Seguros a Recolher	33	38
Seguros Prestamista	2.210	1.951
Provisão de cartões a Pagar	1.084	901
Outras Despesas Administrativas	773	639
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	13.495	9.669
Credores Diversos - País	19.485	6.514
Pendencia a regularizar	130	950
Diferença de Caixa	158	144
Pagamento a Processar	3.421	496
Pendência a Regularizar Bancoob	7.674	781
Credito de Terceiros	216	196
Valores a Pagar arrecadação	78	76
Taxa de Alienação Veiculos a Repassar	191	194
Valores a Liquidar - Parcelas	16	-
Taxa de Gravame a Repassar	-	38
Outros	135	319
Cheques Depositados	2.527	2.160
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	4.873	1.113
Fatura Sicoobcard	66	47

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
TOTAL	70.479	47.227

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2018**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 406.766 mil (R\$ 321.831 mil em **31/12/2017**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

16.5 Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	16.673	16.673	16.306	16.306
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	2.385	2.079	2.055	778
Outros	1.487	909	1.362	785
TOTAL	20.545	19.661	19.723	17.869

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS

Segundo a assessoria jurídica do **Sicoob - ES**, existem processos judiciais nos quais as cooperativas singulares figuram como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 4.623 mil.

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ES** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integrado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
De domiciliados no País	905.195	818.322
(-) Capital a Realizar	(6.651)	(5.943)
Capital Social	898.544	812.379

(b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, conforme percentual de cada Cooperativa no quadro abaixo, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Cooperativa	Percentual (%)
Sicoob Central ES	10
Sicoob Sul-Litorâneo	55
Sicoob Sul	55
Sicoob Leste Capixaba	55
Sicoob Centro-Serrano	55
Sicoob Norte	55
Sicoob Sul-Serrano	55
Sicoob Credirochas	55
Credestiva	10

(c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizada em 2018, os cooperados das singulares e cooperativas integrantes da Central, deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2017**, no valor de R\$ 66.974 mil e 11.279 mil foi destinado a reserva legal.

(d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	251.937	176.524
Total destinações estatutárias	(147.540)	(97.324)
Total Reserva legal	(129.006)	(85.972)
Total Fundo de assist. técnica, educacional e social	(16.199)	(11.352)

Fundo Investimento Social (FIS)	(2.335)	-
Sobras após as destinações estatutárias e legais	104.397	79.200

19. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Juros ao Capital	54.093	74.044
IRRF sobre juros ao capital	(902)	(1.853)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(343)	(1.583)
Creditado em Conta Corrente (a)	(10.322)	(13.969)
Valor incorporado a conta capital (a)	42.526	56.643

20. Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	10.691	10.667
Rendas De Empréstimos	495.068	507.484
Rendas de Títulos Descontados	73.003	82.669
Rendas De Financiamentos	52.330	49.929
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	10.328	6.581
Rendas Fin. Rurais Apli Rec Direcionados à Vista Obrig.	23.057	-
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Dir da Poup Rural	15.477	-
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Dir de LCA	2.536	-
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Fontes Publicas	15.269	-
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas E Refinanc	-	59.260
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	63.014	44.804
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	115.856	133.397
Rendas C/ Tít.Valores Mobil.E Instrumentos Financ.	53.495	66.133
Despesas C/ Tít.Valores Mobil.E Instrumentos Financ. Deriv.	(425)	-
TOTAL	929.699	960.924

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

20.1 Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Despesas Diversas	2.617	740
Rendas de repasses Delcredere	7.438	4.735
Dividendos	12.645	13.677
Rendas de juros Cartão de crédito	19.217	16.215

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas multas por Atraso cartão de Credito	2.471	2.949
Rendas Intercâmbio – Cartão de Credito	7.264	5.622
Rendas Intercâmbio – Cartão de Débito	188	104
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	1.259	669
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	5.258	2.488
Reversão Provisão para Contingencia	899	416
Outras	232	230
Total	59.488	47.845

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcredere.

21. Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação	191.417	251.084
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	60.718	58.245
Provisão para Operações de Créditos	222.158	259.412
Total	474.293	568.741

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso e repasses contratados.

21.1 Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Descontos concedidos - operações de crédito	16.368	17.374
Bonificação de Seguro Prestamista	32	70
Perdas Cartão de Credito	3	15
Correspondente Bancário	941	885
Cancelamento de Tarifas Pendentes	5.339	4.288
Desconto Tarifas Pendentes	13	2
Estorno de Juros operações Credito Rural	-	272
Perdas – Fraudes Internas	175	-
Perdas – Fraudes Externas	427	243
Perdas – Práticas Inadequadas	1.184	321
Perdas – Falhas em Sistemas de TI	3	7
Perdas – Falhas em Gerenciamento	2.270	408
Passivos Trabalhistas	648	994
Passivos Contingentes	705	281
Multas e Juros	61	19
Desconto Concedidos Operação de Credito Pessoal	115	137
Estorno Juros Mora – Operação Crédito – RPL/Repasado	5	23
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Fraudes Externas	80	186
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento Perdas Operacionais	45	107

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	3.991	4.180
Mensagens SMS - Cartões	53	43
Tarifas recebimento de convênios Diversos	198	125
Contribuição ao Fundo de estabilidade e Liquidez	848	-
Diversos	382	609
Total	33.886	30.589

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

22. Dispêndios/Despesas de Pessoal

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Honorários	14.002	12.459
Despesas com Pessoal – Benefícios	21.233	24.013
Despesa de Pessoal – Encargos Sociais	27.819	25.292
Despesa de Pessoal – Proventos	70.871	65.617
Despesa de Pessoal - Treinamento	599	19
Despesa de Remuneração de Estagiários	1.961	1.634
Total	136.485	129.034

22.1 Outras Dispêndios/Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Agua Energia e Gás	4.050	3.403
Despesas de Alugueis	11.697	10.100
Despesas de Comunicações	6.655	6.149
Despesas de Manutenção e conservação de bens	1.930	1.671
Despesas de Material	2.499	1.975
Despesas de Processamento de Dados	22.066	20.626
Despesas de Promoções e Relações Públicas	4.159	3.312
Despesas de Propaganda e Publicidade	9.168	6.648
Despesas de Publicações	135	193
Despesas de Seguros	212	216
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	34.820	30.924
Despesas de Serviços de Terceiros	10.595	8.558
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	11.011	9.930
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	6.089	5.050
Despesas de Transporte	6.139	5.046
Despesas de Viagem no País	1.116	901

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Amortização (a)	634	571
Despesas de Depreciação (a)	9.673	8.816
Livros Jornais e Revistas	62	55
Condomínio	210	147
Contribuição Sindical Patronal	340	330
Emolumentos Judiciais e Cartorários	3.900	3.174
Copa/Cozinha	485	432
Lanches e Refeições	746	691
Uniformes e Vestuários	197	166
Contribuição a Oce	340	346
Taxas da Junta Comercial	11	19
Impostos e Taxas	1.287	953
Sistema Cooperativista	1.044	935
Mensalidades Diversas	172	155
Ações Judiciais	740	461
Rateio Sicoob Confederação	2.572	2.525
Outras Despesas Administrativas	363	384
Total	155.117	134.862

23. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro Em Transações Com Valores De Bens	274	312
Ganhos de Capital	522	494
Rendas de Alugueis	53	30
Desvalorização de Outros Valores e Bens	176	74
Outras Receitas Não Operacionais	254	432
Prejuízos na alienação de Valores E Bens	(1.700)	(1.147)
Perdas de Capital	(481)	(230)
Desvalorização de Outros Valores e Bens	(7.750)	(421)
Outras Despesas Não Operacionais	(728)	(132)
Resultado Líquido	(9.380)	(588)

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

24. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial / Conta Garantida	282	-21	0,27%
Crédito Rural	8.413	-104	0,98%
Empréstimo	35.688	-4.077	1,38%
Financiamento	2.607	-18	0,86%
Títulos Descontados	990	-10	0,38%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em rel. à cart. Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	9.638	0,90%	-
Depósitos a Prazo	71.289	2,41%	80% a 105% CDI

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial	6,97% a.m.	6,97% a.m.

Conta Garantida	5,97% a.m.	5,97% a.m.
Desconto de Cheques	1,16% a 4,00% a.m.	1,16% a 4,00% a.m.
Empréstimos	0,85% a 4,85% a.m. 0,24% + CDI a 3,00% + CDI	0,85% a 4,85% a.m. 0,24% + CDI a 3,00% + CDI
Crédito Rural - RPL	1,00% a 3,00% a.m.	1,00% a 4,85% a.m.
Crédito Rural - Repasses	1,00% a. 12,00 a.a. + TR	1,00% a. 12,00 a.a. + TR
Aplicação Financeira	80% a 105% CDI	80% a 105% CDI

c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Descrição	31/12/2018
Crédito Rural	37.921
Empréstimos e Financiamentos	79.503
Títulos Descontados	415

Em 31/12/2018, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2018 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	12.014
Salário/Remuneração	694
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	405

O Sicoob combinado ES Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Bancoob, onde é acionista e está presente com representante no conselho de administração.

Transações com Bancoob	31/12/2018	31/12/2017
Ativo	2.452.990	1.893.779
Disponibilidades	8	75
Depósitos Interfinanceiros	1.990.084	1.538.334
Cotas de Fundos de Renda Fixa	462.898	355.370
Passivo	578.033	618.378
Relações Interfinanceiras	578.033	618.378

25. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

25.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

25.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

25.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

25.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

25.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

25.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

26. Seguros contratados – Não auditado

As Cooperativas adotam política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central

do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN n°. 4192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o valor do Patrimônio de Referência e o índice de Basileia de cada Cooperativa do Sistema Sicoob ES:

Cooperativa	Índice da Basileia		Patrimônio de Referencia	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Sicoob Central ES	12,65%	14,50%	96.082	86.882
Sicoob Sul-Litorâneo	36,10%	38,35%	78.498	69.904
Sicoob Sul	41,52%	44,93%	282.382	247.764
Sicoob Leste Capixaba	35,55%	39,18%	393.565	351.055
Sicoob Centro-Serrano	24,88%	26,14%	147.820	136.938
Sicoob Norte	27,80%	30,97%	186.263	197.998
Sicoob Sul-Serrano	33,83%	34,99%	306.085	261.337
Sicoob Credirochas	24,38%	27,53%	83.671	81.162
Credestiva	86,44%	104,34%	11.484	11.147
Média/Total	35,91%	40,10%	1.585.850	1.444.187

Vitória-ES, 12 de fevereiro de 2019

Bento Venturim
Diretor Presidente
CPF: 425.679.127-20

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo
CPF: 077.720.547-50

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC n°
016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

RELATÓRIO DE AUDITORIA

em 31/12/2018 e de 2017 | em milhares de R\$

Aos Administradores e aos Cooperados do Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - SICOOB ESPÍRITO SANTO

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis combinadas do Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Espírito Santo ("Sistema Sicoob ES"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema Sicoob ES em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis combinadas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.151, de 30 de outubro de 2012 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritas nas Notas Explicativas nº 2 e nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve que as demonstrações contábeis combinadas do Sistema Sicoob ES foram elaboradas pela administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.151/12 e regulamentações complementares do Bacen. Consequentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma,

pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não se modifica no que diz respeito a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis combinadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis combinadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis combinadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis combinadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis combinadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis combinadas, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 15 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral

Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994